



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Departamento de Informática – Campus Monte Castelo/ São Luís – MA
Aluna: Emanuelle C. de Abreu Fonseca **Cód:** 201212030311 **Turma:** 510
Professor: Alanildo **Disciplina:** Geografia

Tema: A Transposição do Rio São Francisco
Problemática: Os prós e os contras dessa ação do governo

Há cerca de 29 anos, o projeto de Transposição do Rio São Francisco foi concebido pelo extinto DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento – a fim de sanar a deficiência hídrica na região do Semi-árido através da transferência de água do rio para abastecimento de açudes e rios menores na região Nordeste, diminuindo a seca no período de estiagem. Sendo ampliado durante o Governo Lula, O plano do projeto é ligar pequenas bacias hidrográficas do Nordeste e também seus açudes ao Rio São Francisco através de imensos canais, sendo que, para efetivar a distribuição da água, seriam construídas adutoras.

Em 2009, estimava-se um gasto de R\$ 4,5 bilhões nessa obra, que teria um prazo de conclusão de 20 anos. Porém, já em 2014, o projeto encontra-se praticamente paralisado e com um gasto próximo aos 8,2 bilhões de reais.

Tal situação se deve, além de outros motivos, a questões ligadas a licitações e desenvolvimento do projeto executivo, assim como a não realização de serviços contratados.

Entretanto, quais são os pontos afetados por essa transposição?

Haja vista que 95% da energia do Nordeste é gerada pelas hidrelétricas localizadas no São Francisco, qualquer retirada de água causa queda nessa produção e se por um lado a queda que o projeto causará é considerada irrelevante - já que o que sairá diariamente equivale ao volume que evapora na represa de Itaparica a cada 10 horas, em períodos de cheia - ao propor a retirada de uma porcentagem da vazão média, o governo ignora as peculiaridades do rio que, na seca, tem vazão bem menor. Nesses períodos, a retirada de 1,4% pode equivaler a quase toda a água do rio, além disso, ainda no cunho ambiental, há risco de salinização e erosão dos rios receptores e também de interferência nos ecossistemas aquáticos e terrestres.

No ponto de vista socioeconômico, há a existência da ideia de que, como o uso comercial da água dá mais retorno financeiro, a situação atual da falta desse bem essencial à vida em regiões afetadas pela seca não deve mudar e que a utilização somente da água que sobrar após o abastecimento humano e de animais para atividades de irrigação, agricultura ou indústria não é verdadeira. Assim, pequenas localidades, em situação crítica, correm o risco de continuar sem água, já que têm pouco dinheiro e poder político.

Por outro lado, a parte defensora da ação afirma que o custo final da água será R\$ 0,13 por 1000 litros (m³). Isso significa um aumento de 5% a 7% na conta (o que seria pouco, comparado ao que se paga hoje nos períodos de seca, quando o preço do m³ no carro-

pipa chega a 7 reais). Todavia, fazer a transposição e manter a estrutura funcionando têm custos altos. Isso encarecerá a água para o consumidor; a crítica afirma que o aumento na conta será maior do que o previsto – pode chegar a US\$ 0,30 por m³, cerca de R\$ 00, 60, com possíveis riscos de inadimplência, já que boa parte da população da região vive na miséria.

Tendo em vista os custos tanto ambientais quanto econômicos, já que o Nordeste é a região brasileira que mais possui açudes, uma boa forma de melhorar o abastecimento de água nas zonas desfavorecidas seria uma melhor utilização destes. Há, em média, 23 obras ligadas a distribuição de suas águas que estão paradas e que teriam um impacto ambiental bem menor, um custo extremamente inferior ao da transposição e por fim, menos tempo gasto, um quesito de enorme importância, visto que a cada dia boa parte do povo nordestino sofre mais e mais com suas perdas e difícil subsistência.